

XIII SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED ESTRADO
“Dos décadas de estudios sobre trabajo docente: existir, resistir y construir nuevos horizontes”
La Plata-Argentina, 20, 21 y 22 de septiembre de 2023.

Políticas de formação para os cursos de pedagogia no Brasil: projetos em disputa

Vanice Schossler Sbardelotto – UNIOESTE
vanice.sbar@gmail.com

Ângela Maria Silveira Portelinha – UNIOESTE
amportelinha@yahoo.com.br

Resumo

A formação de professores no Brasil sofre vicissitudes na sua regulamentação e expressa um projeto societário, que se realiza também pela formação escolar. O curso de Pedagogia, que surge no Brasil em 1939 acompanhou esse movimento, formando ora o técnico, o especialista, o generalista. A partir de 2006 o curso se transforma no lócus privilegiado de formação dos professores para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Essa organização segue em debate, considerando os diferentes posicionamentos sobre a pedagogia e o curso de pedagogia. O objetivo deste texto é apontar algumas dessas posições e refletir sobre o projeto educativo subjacente. Trata-se de uma reflexão cujo aporte é bibliográfico. Evidenciam-se, a partir desse estudo, ao menos, três defesas acerca do curso: o expressado pela DCNCP 01/2006; o presente na DCNFP 02/2019 e o que vem sendo discutido por pedagogas e pedagogos em diferentes organizações que se vincula mais a Pedagogia como um bacharelado. Dos diferentes projetos observa-se que o presente na DCNFP 02/2019 promove o apagamento da pedagogia como curso e ciência.

Palavras-chave: Formação de professores. Pedagogia. Trabalho docente.

Introdução

Na sociedade a educação se constitui em várias formas e em diferentes espaços, uma delas a educação escolar. É no espaço escolar que o profissional da educação, entendido como trabalhador, realiza suas atividades. Seu trabalho é social e historicamente determinado, pois cada etapa do desenvolvimento social e econômico requer desse trabalhador um perfil que corresponda às exigências emanadas pelo

sistema produtivo. Nesse sentido, a formação desse trabalhador aparece como campo de disputa no qual se evidencia a defesa de diferentes projetos formativos.

Tais disputas inserem-se na lógica do capital, em que os interesses são distintos considerando a luta de classes. No que se refere a educação escolar essas disputas se estabelecem no campo da política curricular, na formulação de materiais didáticos, no financiamento e nas políticas de formação de professores, objeto do presente estudo.

Aqui pretendemos analisar como os projetos distintos para o curso de Pedagogia se apresentam na atualidade e quais seus efeitos sobre a organização do curso e o trabalhos dos egressos. Discute-se o contexto de surgimento desses projetos, assim como, são detalhados e analisados a seguir.

Como se apresentam os projetos em disputa na formação de professoras/es e pedagogas/os

A organização curricular do curso de Pedagogia sofreu alterações sucessivas desde sua criação no Brasil em 1939. Silva (2003) analisa esse percurso e relaciona as alterações nas normativas de funcionamento do curso com a debate nacional sobre a educação, o sistema educacional brasileiro e a expansão da educação, que requisitava novos e mais qualificados profissionais. As alterações do perfil formativo do curso decorreram de debates em torno da necessidade de formação de especialistas em educação, professores para os anos iniciais da Educação Básica, para a Educação Infantil.

Porém as vicissitudes da formação no curso de Pedagogia sinalizam uma problemática acerca da própria política e projeto formativo,

Quando se afirma que a universidade não tem interesse pelo problema da formação de professores, o que se está querendo dizer é que ela nunca se preocupou com a formação específica, isto é, com o preparo pedagógico-didático dos professores. De fato, o que está em causa aí não é propriamente uma omissão da universidade em relação ao problema da formação dos professores, mas a luta entre dois modelos diferentes de formação. (SAVIANI, 2012, p. 8)

Desta forma, o conjunto de disciplinas e práticas do curso sofreu, ao longo do tempo, impactos de diferentes concepções, ora inclinadas à formação do especialista em

educação, ora à formação de professores para o curso normal ou para atuação com as crianças, nos anos iniciais ou Educação Infantil. Discussões da sociedade civil, como as a ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação e outros de pesquisadores brasileiros, como por exemplo de Libâneo (2009) defendiam projetos formativos para o curso, por vezes distintos entre si. Libâneo, no livro “Pedagogia e pedagogos para quê?” (2009) questiona os rumos da formação do curso, considerando a diretriz do curso recém exarada em 2006, sinalizando que o perfil do curso ainda carece de debates à luz das necessidade educacionais na sociedade e a formulação de um campo acadêmico-científico que possa contribuir com a efetivação de um projeto educativo. O conjunto de legislações sobre a formação para esta etapa e/ou perfil denota o calor do debate em questão.

Nas duas primeiras décadas do século XXI se intensificaram os debates em torno da formação de professores de forma geral, e em particular, do curso de Pedagogia. Esse passou a ser visto e defendido como o lugar da formação para os anos iniciais do ensino fundamental. Mas autores como Libâneo, Pimenta, Franco, entre outros questionam acerca da invisibilidade da pedagogia como ciência, a partir desse corte. Considerando que esse profissional, cujo objeto é o fenômeno educativo na sociedade, tem papel fundamental na discussão ontológica e epistemológica da educação, seja em ambientes de educação formal ou informal.

No atual momento histórico, no Brasil, grupos hegemônicos privados disputam a liderança, a presença em órgãos governamentais e o direcionamento na formulação de políticas para formação de professores. Isso pode ser observado no contexto da produção da Base Nacional Comum Curricular e Base Nacional de Formação de Professores – BNC-FP ao longo da segunda década do século XXI.

A expressiva presença desses grupos nas instituições públicas, como o Conselho Nacional de Educação (CNE) e Ministério da Educação (MEC), vem sendo acompanhada pelo desenvolvimento de políticas reformistas para toda a educação, e nesta se inclui a formação de professores. Nesse sentido, o debate em torno do curso de Pedagogia é subsumido pelo caráter pragmático e tecnicista assumido na formação de professores. Afinal, a quem interessa o apagamento do debate do projeto educativo mais amplo, na sociedade? A quem interessa transformar a formação de professores em mero debate técnico de carga horária, nomenclaturas, etc.?

Específicamente sobre esta questão destacamos a Res. nº 2 do CNE/CP, de 20 de Dezembro de 2019 (BRASIL, 2019), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC Formação). Vale acrescentar que, chegamos ao fim do ano de 2023, com esta resolução suspensa pelo CNE, no momento que em propõe para o debate no ano de 2024, novo texto de diretriz para formação de professores.

A retomada da concepção de competência e habilidades, o alinhamento do conteúdo da formação inicial à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação Básica se expressa na redução dos conhecimentos políticos, históricos, filosóficos, sociológicos que fundamentam a formação. Essa inclinação impõe alterações significativas ao trabalho docente e a alteração de diferentes percursos formativos para o curso de Pedagogia. Isso tem produzido intensas críticas e a organização de um movimento com a participação de diversas associações científicas e pesquisadores pela revogação de tais diretrizes. (ANFOPE, 2020, 2022; RePPed, 2021; Movimento REVOGA BNC-Formação, 2023).

Esse contexto mobilizou a necessidade de pesquisar os projetos formativos para os cursos de Pedagogia e a relação com os campos de trabalho. Pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo conjunto de pesquisadores da Rede de Pesquisa em Pedagogia – RePPed, no Brasil, com financiamento do CNPq.

Por meio de pesquisa bibliográfica e documental identificamos algumas teses que se apresentam para a formação no curso de Pedagogia defendidas por associações científicas, movimento de pesquisadores e instituições governamentais. A primeira é que o **curso de Pedagogia deve articular a docência, a pesquisa e a gestão**, conforme expresso nas Res. 01/2006 (BRASIL, 2006) e Res. 02/2015 (BRASIL, 2015); outra proposta se **expressa na Res. 02/2019 (BRASIL, 2019):** dois cursos multidisciplinares um para educação infantil e outro para os anos iniciais do ensino fundamental, com um adicional de 400 horas de formação para atuar em Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional para a Educação Básica. Uma terceira vem sendo defendida por movimentos de educadores que seria o **curso de pedagogia também como bacharelado**, considerando que o trabalho pedagógico não ocorre somente nos espaços escolares o pedagogo está em diferentes espaços. Esta última

tendência encontra-se mais difusa, no debate entre os pesquisadores e, neste momento, não encontra respaldo em textos curriculares.

A seguir pretende-se apresentar os projetos anunciados buscando refletir sobre os projetos para formação no curso de Pedagogia subjacentes a eles.

Projetos em disputa

Os projetos que destacamos aqui são conhecidos e estudados por pesquisadores dedicados à formação de professores, quanto ao curso de pedagogia. Não se trata de algo alvissareiro. Desta forma, o que pretendemos é fazer uma análise crítica destas propostas, por expressarem um projeto de formação, com intencionalidades, arranjos e sobretudo, porque indicam um caminho para os cursos de Pedagogia que impacta diretamente na organização curricular e no trabalho dos egressos.

O curso de Pedagogia, assim como a área, são analisados desde sua criação. Podemos destacar as obras de Silva (2003), Libâneo (2009), Saviani (2012), assim como nossas próprias produções (Portelinha, 2015, Sbardelotto, 2020) em que se apontam que as alterações na forma do curso de Pedagogia foi acompanhando o movimento da conjuntura mais ampla, de formação de professores, de configuração do estado, num país de capitalismo periférico.

O curso surge no momento em que o país requeria uma organização do sistema educacional, considerando o atraso no desenvolvimento decorrentes dos períodos nos quais o país foi colônia e império. Nos anos 1930 pode-se dizer que a educação, como apontada no Manifesto dos Pioneiros (1932), era vista como a locomotiva que poderia recuperar o país do atraso em que se encontrava. Saviani, em sua obra “Escola e Democracia” (2005) explica esse projeto. Neste contexto, o egresso do curso de Pedagogia era o técnico responsável por auxiliar na organização dos sistemas de ensino e avaliação, assim como, por formar os professores para os primeiros anos de estudo, nos cursos normais.

Decorridos pouco mais de duas décadas e, como se sabe, o projeto da educação como locomotiva do país nunca saiu do lugar. Não por inabilidade ou despreparo dos quadros, mas pelo ajuste do país ao capitalismo internacional. As burguesias locais nunca se preocuparam, de fato, com o desenvolvimento do país, mas com a acumulação

de capital dos seus setores. Marx (2014) aponta que o sistema capitalista se estrutura a partir da acumulação de capital, ou seja, é a lógica imanente do sistema. Não há interesse coletivo, ou de país, que se sobreponha aos interesses de acumulação dos capitalistas. Desta forma, a ação do estado, na vigência da sociedade capitalista age para manter a coesão da social, que se garante com a manutenção do acúmulo do capital. Investir recursos públicos na educação foi se tornando um gasto, de forma que até os dias atuais se repete a exaustão que recursos destinados à educação são investimentos e não gastos.

A lógica dos investimentos em educação seguiram o receituário do capitalismo que se mundializava largamente nos anos 1970 e 1980 (Chesnais, 1998). A formação agora deveria estar ajusta a crescente industrialização e seguir um perfil técnico e instrumental, que formatou currículos escolares, assim como a formação de professores. Esse novo contexto justifica a alteração no curso de Pedagogia, que no final dos 1960, passa a formar especialistas para atuar nos setores escolares, assim como nos sistemas. Surgem as habilitações e posteriormente, a autorização para atuação também nos anos iniciais.

Em 1969, seguindo a perspectiva tecnicista, com a pretensão de enfatizar o perfil profissional do curso foram introduzidas as habilitações de orientação, administração, supervisão e inspeção, além da formação para as matérias pedagógicas do ensino normal. A partir 1986, o curso passou a formar também, em algumas instituições, professores para as séries dos anos iniciais do 1º grau. (Sbardelotto, 2020)

Esta característica formativa atravessou o período de redemocratização do país, nos anos 1980 e os educadores se envolveram no debate da construção de uma nova lei para a educação nacional, pós Constituição Federal de 1988. Deste processo resultou a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que sinaliza que a formação de todos os professores devem acontecer na Educação Superior. Após a promulgação da LDB foram exarados textos de diretrizes para organização dos cursos de graduação, aqui nos interessa as destinadas a formação de professores, em particular, para a Pedagogia.

Neste contexto emerge, o que chamamos de primeiro projeto contemporâneo para a Pedagogia, pois expressa uma organização formativa e estabelece um perfil para o egresso. Este projeto formativo é apresentado pela DCNCP 01/2006 (BRASIL, 2006), que sintetiza um consenso provisório e precário em relação a Pedagogia. Rompe com as

habilitações, unifica a formação, acolhe a formação de professores para a educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. O que, inevitavelmente, leva a uma nova característica organizativa do curso e perfil do egresso.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. § 1º Compreende-se a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo. (BRASIL, 2006, p. 1)

A docência passa a ser a base dessa formação, mesmo admitindo o trabalho dos egressos em espaços não-escolares. Da mesma forma, articula esse trabalho à pesquisa e a gestão. Propõe que esse conjunto formativo seja realizado em 3.200 horas, em quatro anos. Garantindo 300 horas para os estágios e 100 horas para o atividades acadêmicas complementares, como participação em eventos, desenvolvimento de iniciação científica, entre outras.

Desta forma, esse projeto se consolidou por atender contraditoriamente a interesses antagônicos presentes na sociedade. Por um lado, atendeu a demanda por formação em nível superior dos professores para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, por outro, esvaziou de pedagogia o curso de Pedagogia (Portelinha, 2015). Pode-se dizer que esse é o interesse da parte da burguesia nacional, esvaziar o debate em torno da educação, delegando-o a “especialistas”, que repetem verbetes de seus interesses.

A partir dessa diretriz se acomodou, na estrutura prático-organizacional dos cursos, uma extensa gama de assuntos, de forma que parte da carga horária antes destinada aos fundamentos da educação, foi direcionada à formação para as áreas de ensino. Saviani (2012) já indicava que essa diretriz deixava o curso extenso no acessório e enxuto no essencial. Muitos estudos e pesquisa já se realizaram a partir da

implementação desta diretriz, de forma que se pode afirmar que não há um consenso na defesa da formação a partir dela.

O segundo projeto que aponta um princípio formativo para os professores, em particular para o curso de Pedagogia é a Res. CNE 02/2019 (BRASIL, 2019). Este texto define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Substituiu a diretriz para formação de professores de 2015 (BRASIL, 2015). Ressalta-se que este texto de 2019 foi apresentado sem consulta às instituições formadoras ou de pesquisa.

Destaca-se que a diretriz refere-se à todas as licenciaturas e atrela a formação à Base Nacional Comum Curricular, de 2017. Na prática, sustenta o princípio pragmático como pilar da formação de professores. Neste sentido, o objetivo dos cursos de licenciatura é, em certa medida, um processo de treinamento para aplicar a BNCC nas escolas.

O diagnóstico do CNE que embasa esse texto explicita que a problemática vivenciada com os resultados dos alunos no final dos ciclos escolares decorre de falhas na formação dos professores, que estes não estariam aptos a trabalhar com os conteúdos previstos nos currículos oficiais.

Nas premissas do diagnóstico sobre a situação educacional brasileira aponta que:

A QUALIDADE DAS APRENDIZAGENS DEPENDE DA QUALIDADE DO TRABALHO DO PROFESSOR. Evidências mostram que, entre os fatores que podem ser controlados pela política educacional, o professor é o que tem maior peso na determinação do desempenho dos alunos. (BRASIL, 2017b, p. 2 – maiúsculas no original)

Sem mencionar quais são as evidências que sustentam a afirmação, o diagnóstico continua com dados que apontam que pouco mais de 18% dos matriculados na educação superior cursam licenciatura, que mais da metade dos professores que atuam nos anos iniciais tem o curso de Pedagogia, que as áreas de Artes e Sociologia são que as que menos possuem professores com formação adequada. A partir disso, o diagnóstico é taxativo ao afirmar que:

- Resultados insuficientes dos estudantes, desigualdades aumentaram

- Baixa qualidade da formação de professores
- Currículos extensos que não oferecem atividades práticas
- Poucos cursos com aprofundamento da formação na educação infantil e no ciclo da alfabetização
- Estágios curriculares sem planejamento e sem vinculação clara com as escolas (MEC, 2017, p. 9)

O diagnóstico em questão não traz os resultados aos quais se refere, tampouco tem elementos que evidenciam a baixa qualidade da formação. Os dados apresentados não mostram como as cargas horárias dos cursos têm sido organizadas, considerando que desde 2002, por força da DCNFP 01/2002 (BRASIL, 2002), todas as licenciaturas devem ter em seus currículos um total de 400 horas em práticas como componentes curriculares, que não se confundem com os estágios, que contam com uma carga horária de outras 400 horas, quantitativos mantidos na diretriz de 2015. O dado apresentado sobre os anos iniciais mostram que mais da metade dos professores cursaram Pedagogia, que desde 2006, em sua diretriz indica que a formação neste curso se dirige à Educação Infantil e aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Desta forma, o diagnóstico é precário em apontar as dificuldades do sistema educacional e conclui aspectos que não se referenciam nos dados apresentados. É silente no que se refere a ampliação dos cursos de licenciatura em instituições privadas, na modalidade EaD, a contratação de estagiários, na modalidade de estágio não obrigatório, para atuação nas redes de ensino, sobretudo na educação infantil. Também não menciona a fragilidade da articulação entre a formação inicial e continuada, prevista na DCN de 2015 e pouco desenvolvida desde então.

As conclusões do diagnóstico são imprecisas e não trazem elementos científicos para o debate sobre estes e outros problemas vivenciados nos cursos de formação de professores. O que se vê, após isso é a apresentação da nova DCN em 2019, substituindo a DCN de 2015.

Esta nova diretriz, como mencionado, fundamenta a formação na aplicação dos conteúdos da BNCC, restringindo o processo formativo dos professores à sua dimensão prática, em sala de aula. Conserva as mesmas cargas horárias destinadas as práticas previstas na DCN de 2015, além de aprofundar o esvaziamento das áreas de fundamentos da educação. Nesse sentido, aprofunda os problemas já vivenciados nos cursos (Portelinha, Sbardelotto, 2017).

No que se refiere ao curso de Pedagogia, em seu artigo 13 evidencia a transformação do curso que tem por objeto a discussão da educação na sociedade, em dois cursos de formação prática, ao indicar os tipos de curso para a formação de professores:

- I - formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil;
- II - formação de professores multidisciplinares dos anos iniciais do Ensino Fundamental; e
- III - formação de professores dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. (BRASIL, 2019, p. 6)

Desta forma, depreende-se que a formação de professores é entendida como um treinamento para as habilidades necessárias à sala de aula e a operação dos códigos da BNCC. Decorre do contexto de golpe político do país e ao arrepio das escolhas da sociedade que se manifestaram em eleições, na qual se escolhe um projeto de país. Ou seja, esse projeto não foi apresentado e discutido com a sociedade, mas implementado de forma aligeirada na onda do golpismo experimentado no país, a partir de 2015.

A partir de enfrentamento das entidades representativas e das próprias universidades sobre o desmantelamento do curso de Pedagogia e suas perdas substantivas quanto ao seu perfil formativo, o CNE se manifestou da seguinte forma:

A licenciatura em Pedagogia, na Resolução CNE/CP nº 2/2019, destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e/ou nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O curso superior de Pedagogia divide-se em duas licenciaturas: licenciatura para Educação Infantil e licenciatura para Anos Iniciais do Ensino Fundamental. São dois cursos distintos, cada qual com duração de 3.200 (três mil e duzentas) horas. (CNE-CP - Comunicado, 2022, p. 2)

A diretriz, que expressa um pensamento educacional alinhado aos objetivos do grande capital, na medida em que transforma a educação num grande balcão de negócios, superando a crítica já estabelecida de uma educação voltada ao mercado, decorrente da adoção dos princípios de competências e habilidades. Agora a audácia capitalista não quer apenas uma educação para o mercado, mas quer o mercado da educação.

Diante deste cenário inúmeras instituições se levantaram na defesa do curso de Pedagogia e da formação de professores. O MONAPE - Movimento Nacional pela

defesa da formação de professores/as – curso de Pedagogia, juntamente com outras organizações, lançou o “Manifesto da frente Revoga BNC-Formação. Pela retomada da Res. 02/2015!” subscrita por mais de 600 entidades, em abril de 2023. Em que pede a revogação da DCN de 2019 e a retomada da DCN de 2015, solicitando a ampliação do debate para enfrentar as problemáticas – que não são negadas – nos cursos de formação de professores, mas que não tem eco no diagnóstico produzido pelo MEC em 2017.

Estes e outros debates impulsionam a discussão sobre o objeto e o objetivo do curso de Pedagogia, que não poderia se restringir a atividades educativas formais. Nesse sentido, ganha novo fôlego a discussão em torno do curso bacharelado, assim como a própria regulamentação da profissão.

Essa corrente, expressada pela professora Selma Garrido Pimenta, durante o Seminário de Pedagogia, realizado em João Pessoa, em abril de 2023, reflete sobre a amplitude do trabalho das e dos pedagogas/os. Indica que o trabalho deste profissional é mais abrangente do que aquele desenvolvido na sala de aula, sem perder a importância e a necessidade do pedagogo nesse espaço.

A educação, como atividade criadora humana, ocorre em espaços formais e informais e se constitui com o objetivo da pedagogia. Desta forma, se requer desse egresso a discussão de questões filosóficas, ontológicas do próprio ato educativo humano, além de operacionalizar esses processos em espaços formais e não formais. A defesa da pesquisadora aponta para a diversidade de espaços de atuação diferentes da sala de aula e que, em tese, não estariam contemplados em uma formação voltada à sala de aula.

A compreensão de todos os aspectos do processo educativo, ou de sua complexidade, que envolve desde concepções teóricas e filosóficas sobre o conhecimento, concepção de mundo, de ser humano, de educação, de sociedade, o seu planejamento, execução e avaliação já foram debatidos exaustivamente ao longo de todo o século XX. Podemos destacar a síntese de Giroux (1997) que aponta que o professor precisa ser um intelectual, com conhecimento aprofundado acerca da realidade com que trabalha. Assim como, a práxis deve orientar o trabalho deste profissional. Desta forma, um curso de Pedagogia que se restringe a sala de aula, pode fragilizar e limitar a formação das pedagogas/os.

Pedagogia: ciência, curso e profissão

Desvelar a origem e os objetivos dessas propostas que se colocam para o curso de Pedagogia implica em reconhecer os projetos societários subjacentes a elas, bem como, a perspectiva filosófica e histórica decorrente do percurso da Pedagogia no Brasil. Entendendo que possam haver outras proposições, porém estas estão expressas nacionalmente.

Apresentar os projetos formativos possibilita também colocar teses para o debate. Para além da necessária luta pela revogação da Res. 02/2019 faz-se necessário apontar as necessidades formativas da sociedade, considerando seu grau de desenvolvimento.

Leontiev (1978) indica que o grau de desenvolvimento de uma sociedade pode ser conhecido pelo grau de desenvolvimento do seu sistema educativo. Porém, na vigência do capitalismo essa organização é atravessa por interesses de classe. A quem interessa uma educação escolar que limite o desenvolvimento omnilateral do ser social? Assim, compete à classe trabalhadora e aos intelectuais orgânicos à essa classe apontar as necessidades formativas para que essa classe se aproprie da complexificação do processo de trabalho resultante do desenvolvimento das forças produtivas.

Uma vez superado o retrocesso representado pela Res. 02/2019, podemos indagar: o curso de Pedagogia, organizado a partir da Res. 01/2006 responde a uma formação tão complexa quanto as necessidades educacionais do nosso tempo? Uma formação para lidar com trabalho pedagógico em diferentes etapas da Educação Básica e educação não escolar pode ser encerrados em quatro anos de formação? Quais as necessidades formativas são prementes no tempo presente?

Uma das questões que nos chama a atenção é a dissociação entre formação e trabalho docente como elementos tratados a partir de suas particularidades. Avolumam-se as pesquisas com abordagem restrita aos processos formativos como identidade, metodologia ativas, ensino, aprendizagem, saberes docentes, componentes curriculares. Isso nos indica a necessidade de intensificar o debate sobre a construção de um projeto que avalie não só os processos formativos, mas que considere a organização, as relações e as condições de trabalho docente.

Referências

- Brasil. (18 de fevereiro de 2002). Resolução CNE/CP n.º 01/2002. *Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior; curso de licenciatura, de graduação plena.*
- Brasil. (16 de maio de 2006). Resolução CNE/CP n.º 1/2006. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.*
- Brasil. (2017). Ministério da Educação. *Política Nacional de Formação de Professores (apresentação)*. Acesso em 2018 de outubro de 10, disponível em https://formacaoprofessordotcom.files.wordpress.com/2017/10/18-10-17_formacaoprofessor_final.pdf
- Brasil. (22 de dezembro de 2017). Resolução CNE/CP n.º 2/2017. *Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.*
- Brasil. (20 de dezembro de 2019). Resolução CNE/CP Nº 2. *Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).*
- Chesnais, F. (1998). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã.
- Conselhor Nacional de Educação - Conselho Pleno. (2022). *Nota de esclarecimento sobre a resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019*. Brasília: MEC.
- Frente Nacional pela Revogação das Resoluções 02/2019. (2023). *Manifesto da Frente Revoga BNC-Formação*. Fonte: Movimento REVOGA BNC-Formação: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Manifesto__REVOGA_BNC_Forma%C3%A7%C3%A3o_18Abr.pdf
- Leontiev, A. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Libâneo, J. C. (2009). *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* (11 ed.). São Paulo: Cortez.
- Manifesto dos Pioneiros. (2006). O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). *Revista HISTEDBR On-line*, p. 188-204.
- Marx, K. (2014). *O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital* (33ª ed.). (R. Sant'Anna., Trad.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Portelinha, Â. M. (2015). *A Pedagogia nos Cursos de Pedagogia: teoria e prática pós-diretrizes curriculares nacionais*. Jundiaí: Paco Editora.
- Portelinha, Â. M., & Sbardelotto, V. S. (2017). Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores (Res. 2/2015): princípios e concepções. *Temas e Matizes*, 39–49.
- Saviani, D. (2005). *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política* (37 ed.). Campinas, São Paulo: Autores Associados.
- Saviani, D. (2012). *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. (2 ed.). Campinas, SP: Autores Associados.
- Sbardelotto, V. S. (2020). O ensino de geografia para os anos iniciais do ensino fundamental na formação do pedagogo. 259 f, Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, 2020.
- Silva, C. S. (2003). *Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade* (2 ed.). Campinas, SP: Autores Associados.